

33º Encontro Anual da Anpocs
GT 28 – Partidos e Sistemas Partidários

Variações das coligações para prefeito no Brasil (2000 a 2008)

Carlos Machado

Luis Felipe Miguel

Variações das coligações para prefeito no Brasil (2000 a 2008)

Carlos Machado¹ e Luis Felipe Miguel²

Os partidos políticos fazem parte do conjunto de instituições que possibilitam a produção de governos representativos nos regimes ocidentais. Apesar da centralidade destas organizações para a mobilização do eleitorado e para a formação de governos, é necessário tomar o cuidado de evitar atribuir-lhes objetivos e características *a priori* (Panebianco, 1982). O ambiente no qual os partidos se encontram afeta sua ação, bem como as disputas internas de cada agremiação. Para explicar a ação partidária é necessário estudar o efeito das condições internas e externas aos partidos. A existência de outras organizações partidárias em um determinado cenário produz constrangimentos às ações das demais, quer do ponto de vista da disputa pela captação de parte da votação do eleitorado, quer do apoio de militantes. O estudo dos sistemas partidários é, antes de qualquer coisa, a pesquisa sobre a interação entre os partidos políticos (Dalton e Weldon, 2008; Sartori, 1976).

A possibilidade da celebração de coligações eleitorais constitui uma excepcionalidade do sistema político brasileiro, permitindo observar um elemento da interação entre partidos. Para compreender o formato do sistema partidário brasileiro é essencial considerar as coligações, tomando o cuidado para não cair em generalizações que impossibilitam observar padrões diferenciados entre os partidos. Partidos políticos são diferentes, mesmo que de forma sutil em determinados períodos. Os padrões de interação devem ser procurados a partir da lógica específica de cada um.

A complexidade da política brasileira é enfatizada em duas dimensões, territorial e partidária. Há uma grande diversidade cultural no território brasileiro, a partir da qual se moldaram diferentes práticas políticas. Um dos aspectos mais relevantes da variação territorial reside nas diferenças quanto às características das lideranças políticas, tendo por parâmetro a distinção entre a vida política urbana e a rural. Não é possível falar sobre

¹ Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal) e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador do CNPq e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

política no Brasil sem considerar o efeito do jogo político local sobre a dinâmica partidária. Ao lado dessa dimensão, que incentiva a dispersão de padrões políticos, soma-se a existência da obrigação legal de que partidos políticos sejam nacionalizados. Essa medida tinha por intuito amenizar a força das clientelas políticas locais. Entretanto, a existência de uma enorme gama de municípios – gerando diversas lógicas políticas locais – faz com que a tendência centralizadora de partidos nacionais seja reduzida.

A partir das observações acima, evidencia-se a importância do estudo sobre os padrões de interação partidários nos municípios, pois é a partir da relação com as demais organizações que os partidos formam suas identidades e também se posicionam em relação às demais agremiações frente ao eleitorado.

As eleições municipais de 2008 apresentam algumas especificidades do ponto de vista do contexto político e das características dos dados. O TSE não possui a informação sobre todas as coligações realizadas para o cargo de prefeito para períodos posteriores às eleições de 2000. Até o momento só foram realizados estudos que compreendessem a totalidade das eleições para prefeito em 2000 e 2004 (Machado, 2007; Peixoto, 2007; Dantas, 2008). Uma vez que o período entre 1995 e 2002 foi marcado pela presidência exercida pelo PSDB, seria interessante observar qual o efeito do primeiro e do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso sobre a dinâmica das eleições municipais. Além disso, seu segundo mandato foi marcado por turbulências na economia, o que pode ter contribuído para a condição desfavorável na qual o partido se apresentou para a disputa nas eleições de 2000, tendo recebido, por exemplo, pouco apoio de partidos que compunham a base do governo à época (Machado, 2007).

Ao se avaliar as eleições de 2008, em conjunto com aquelas realizadas em 2004, será possível observar o efeito do segundo mandato presidencial sobre as eleições municipais. Além desse aspecto cabe salientar as condições peculiares que cercam as eleições mais recentes no Brasil. São eleições que ocorrem dentro de um contexto de condições econômicas favoráveis. Programas do governo petista exerceram forte efeito sobre a votação favorável ao partido em 2004 (Nicolau e Peixoto, 2006), o que pode ter se repetido em 2008.

A proposta de estudo consiste em caracterizar as coligações realizadas por cada partido para as eleições ao cargo de prefeito em 2008 e comparar com as tendências

apresentadas nas eleições de 2004 e 2000. Para realização desse trabalho serão utilizados índices cujo objetivo será mensurar a tendência ideológica e pragmática das coligações, bem como observar as dimensões territorial e temporal. A partir dessas análises será possível identificar qual o tipo de comportamento dos partidos ao se aliar com outras organizações para a disputa eleitoral.

O presente trabalho encontra-se em fase inicial da análise dos dados, possuindo mais características de um relatório de pesquisa do que um trabalho efetivamente acabado. As colocações aqui esboçadas pretendem estimular a discussão sobre o cenário das coligações realizadas pelos partidos políticos brasileiros nos últimos anos. Ainda cabe ressaltar que os dados referentes a 2008 apresentam pequena quantidade de erros. Isso se deve ao fato de que o último banco de dados disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a tempo da produção deste estudo estava incompleto. Pela busca atual é possível observar a existência de 5613 prefeitos, enquanto no banco de dados disponibilizado o total de prefeituras soma 5531. Entretanto o número de municípios faltosos cobre menos de 2% do total de municípios, de forma a afetar apenas residualmente os resultados desse estudo.

Participação eleitoral dos partidos políticos

Nas eleições de 2004 chama a atenção o aumento da capacidade participativa de todos os partidos que faziam parte da base aliada do governo Lula, em 2008 era de se esperar o mesmo movimento, devido à continuidade do governo e aos crescentes níveis de popularidade do governo federal petista.

Entretanto, os movimentos observados em 2008 não devem passar pela focalização apenas no partido do presidente Lula. Como se deu a evolução quanto à capacidade de se apresentar a eleições na disputa para prefeito desde 2000? A tabela 1, abaixo, indica que o PMDB permanece como o partido com maior capilaridade de participação no Brasil, enquanto o DEM, antigo PFL, apresenta uma queda continua na sua capacidade de participar de eleições para prefeito. Apesar do enorme crescimento em 2004, para as eleições de 2008 a capacidade de mobilização eleitoral do PT se viu praticamente inalterada.

Tabela 1: Capilaridade de cada partido, por ano da eleição.

Partido	2000	2004	2008
PMDB	90,2%	91,5%	90,9%
PFL/DEM	84,0%	79,4%	77,9%
PSDB	78,3%	82,1%	82,7%
PPB/PP	71,4%	77,3%	77,1%
PTB	63,2%	76,6%	74,8%
PDT	51,4%	65,0%	70,7%
PT	49,2%	85,2%	84,9%
PPS	43,9%	60,6%	57,7%
PL/PR	43,5%	70,7%	67,8%
PSB	34,3%	47,7%	63,5%
PSC	19,6%	30,0%	41,2%
PV	13,3%	33,1%	46,0%
PCdoB	13,0%	24,6%	34,8%
Total de municípios	5556	5562	5531

Fonte: autores, a partir de dados do TSE

Se os partidos da base governista cresceram muito em 2004 (Machado, 2007), em 2008 são apenas os partidos de menor porte, quer da base ou não, que obtém incremento substantivo quanto ao número de participações.

Quanto à forma que os partidos se mobilizam para as eleições eleitorais, antes de observar critérios específicos sobre as coligações, é relevante ressaltar as variações quanto ao número de vezes em que concorrem isoladamente. Essa estratégia por mais que possa parecer equivocada quando se pensa em aumentar o número de votos, possui por característica dois movimentos: a) percepção na capacidade de obter uma vitória isoladamente; ou b) intenção de se distinguir entre as demais legendas, fortalecendo a imagem do partido. Em 2000, apenas PMDB e PT, entre os partidos de maior porte, possuíam na participação sem coligação um diferencial de comportamento. Em 2004, o PMDB já se aproxima do padrão geral e, em 2008, também o PT já deixou de lado sua singularidade.

Tabela 2: Participações sem coligação sobre o total de participações de cada partido, por ano da eleição

partido	2000	2004	2008
PMDB	13.2%	6.3%	4.0%
PFL/DEM	9.3%	4.6%	2.8%
PSDB	8.8%	4.1%	3.3%
PPB/PP	9.0%	4.4%	2.5%
PTB	5.8%	2.7%	2.2%
PDT	7.8%	4.6%	3.1%
PT	28.2%	15.6%	7.8%
PPS	6.2%	3.9%	2.6%
PL/PR	5.3%	3.3%	1.5%
PSB	5.8%	4.6%	3.0%
PSC	5.2%	3.1%	2.5%
PV	8.7%	6.1%	4.1%
PCdoB	1.9%	3.2%	3.1%

Fonte: autores, a partir de dados do TSE

A premissa (a) pode ser considerada como relevante para explicar o números de disputas isoladamente realizadas pelo PMDB em 2000, porém, nas demais eleições esse partido se aproxima do comportamento dos demais partidos, de disputar prefeituras coligado a outros partidos. Por outro lado, em 2000 o PT se evidencia como exemplo da premissa (b), inclusive pela baixa eficácia de suas tentativas de disputar isoladamente (Miguel e Machado, 2007; Machado, 2007). Em todos os anos analisado o PT se diferencia por ser aquela agremiação com maior número de participações isoladas. Contudo é relevante ressaltar a queda contínua no número de participações isoladas, saindo de um patamar de 28,2% em 2000 para apenas 7,8% em 2008.

Outra variável a ser considerada sobre a força dos partidos políticos nas eleições para prefeito é a capacidade de apresentarem os próprios candidatos a prefeito quando em coligação. É possível constatar o declínio da capacidade do DEM se apresentar como principal partido da coligação, havendo uma variação de mais de quinze pontos percentuais entre 2000 e 2008, ocorrendo o mesmo, porém de forma menos intensa, com o PSDB. São o PT e o PCdoB os dois partidos que apresentam maior incremento quanto à capacidade de participarem com candidato a prefeito.

Tabela 3: Participações como cabeça-de-chapa sobre o total de participações de cada partido, por ano da eleição

partido	2000	2004	2008
PMDB	43.6%	42.4%	46.5%
PFL/DEM	40.0%	35.2%	24.7%
PSDB	39.1%	37.9%	33.9%
PPB/PP	26.6%	25.1%	24.8%
PTB	24.9%	23.0%	20.9%
PDT	23.9%	19.0%	20.8%
PT	20.0%	25.6%	26.5%
PPS	19.8%	22.4%	13.2%
PL/PR	19.9%	23.0%	21.9%
PSB	19.4%	18.7%	21.3%
PSC	10.5%	7.7%	7.8%
PV	9.7%	9.8%	10.4%
PCdoB	1.9%	4.5%	6.3%

Fonte: autores, a partir de dados do TSE

Como já foi observado em vários estudos, há uma tendência ao aumento do tamanho das coligações. Como se observa na tabela 4, todos os partidos aumentam o tamanho médio de suas coligações de 2000 até 2008, mas é possível observar a diminuição na variação entre esses dados, indicando haver um comportamento mais homogêneo dos partidos brasileiros.

Tabela 4: Tamanho médio das coligações realizadas por cada partido, por ano da eleição

partido	2000	2004	2008
PMDB	2.8	3.5	4.4
PFL/DEM	2.9	3.9	4.7
PSDB	2.9	3.7	4.4
PPB/PP	3.1	4.1	4.8
PTB	3.1	3.9	4.6
PDT	3.3	4.2	5.0
PT	3.4	4.3	4.9
PPS	3.5	4.4	5.3
PL/PR	3.7	4.3	5.1
PSB	3.7	4.5	5.1
PSC	4.4	4.9	5.8
PV	4.5	5.4	5.9
PCdoB	4.9	5.2	5.6

Fonte: autores, a partir de dados do TSE

Quanto à variação da capilaridade dos partidos entre as eleições, nota-se que entre 2000 e 2004 são os partidos da base aliada do governo federal aqueles a apresentaram maiores ganhos na sua estrutura organizativa, no sentido de apresentarem maior número de participações em eleições para prefeito, sendo necessário enfatizar o aumento das participações petistas, que chegam a mais de 70%.

Tabela 5: Aumento relativo da capilaridade dos partidos entre cada eleição

partido	2000 - 2004	2004 - 2008
PMDB	14.3%	-13.1%
PFL/DEM	-28.2%	-9.3%
PSDB	17.9%	1.2%
PPB/PP	20.9%	-2.8%
PTB	36.7%	-9.4%
PDT	28.1%	15.1%
PT	71.1%	-5.6%
PPS	29.9%	-8.2%
PL/PR	48.2%	-10.9%
PSB	20.5%	29.4%
PSC	13.0%	15.7%
PV	22.9%	19.0%
PCdoB	13.3%	13.3%

Fonte: autores, a partir de dados do TSE

Entre as eleições de 2004 e 2008 nota-se que grande parte dos apoiadores do governo federal apresentam ligeira queda na participação. É possível teorizar que há uma acomodação entre as forças partidárias em 2008, após a expansão de outros partidos no território brasileiro. Entre os partidos que observaram aumento encontram-se os apoiadores tradicionais do PT que não conseguiram chegar a participar em mais de quatro mil municípios em 2004, assim como o PSC, que apresenta crescimento fraco, porém constante, tal como o PCdoB.

Se em 2000 o PFL e o PSDB apresentavam-se, em conjunto com o PMDB, como os principais partidos das eleições para prefeito, em 2008 o cenário apresenta diversas modificações. Já era possível constatar o declínio desses partidos em 2004, porém, em 2008 fica evidente a tendência ao declínio do DEM, enquanto nota-se que PSDB apresenta uma ligeira diminuição no total de prefeituras sob seu controle, mas permanecendo como o segundo maior partido em número de prefeituras.

Tabela 6: Proporção de prefeitos eleitos por cada partido, por ano

partido	2000	2004	2008
PMDB	22.6%	19.0%	21.7%
PFL/DEM	18.5%	14.2%	9.0%
PSDB	17.8%	15.7%	14.2%
PPB/PP	11.1%	9.9%	10.0%
PTB	7.2%	7.6%	7.5%
PDT	5.2%	5.5%	6.1%
PL/PR	4.2%	6.9%	6.9%
PT	3.4%	7.4%	10.1%
PPS	3.0%	5.5%	2.3%
PSB	2.4%	3.1%	5.6%
PSC	0.6%	0.5%	1.1%
PV	0.2%	1.0%	1.3%
PTdoB	0.1%	0.2%	0.7%
Total de municípios	5556	5562	5531

Fonte: autores, a partir de dados do TSE

O PT apresenta-se como o partido com maior crescimento desde 2000, inclusive nas eleições de 2008, ocorrendo o mesmo com o PSB, porém com menor intensidade.

Cabe ressaltar que o PPS, apesar de ter apresentado crescimento em 2004, recua no número de prefeituras em 2008, possivelmente fruto do distanciamento operado pelo partido com relação ao governo Lula.

Coligações e suas variações

No intuito de sintetizar a informação sobre a tendência das coligações, os partidos foram alocados em três grandes grupos “ideológicos”. À esquerda estão PT, PCB, PCdoB, PCO, PDT, PHS, PMN, PPS, PSB, PSOL, PSTU e PV. No centro, PMDB e PSDB. À direita, PFL/DEM, PL/PR, PPB/PP, PRB e PTB, além de uma miríade de micro-partidos (PRP, PAN, PGT, PRN, PRONA, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PSN, PST, PTC, PT do B e PTN). Atribuído o valor +1 para cada coligação feita com partido de direita, 0 para coligações com partidos de centro e -1 para coligações com partidos de esquerda, calcula-se um “índice de viés ideológico das coligações”, que é o somatório desses valores dividido pelo número total de coligações realizadas³. Assim, o índice tem como valores extremos +1 (correspondendo a alianças realizadas exclusivamente à direita do espectro político) e -1 (coligações só com partidos de esquerda). O resultado deste cálculo foi batizado de “índice de viés ideológico” (IVI) das coligações.

Um segundo índice permite simplificar a interpretação sobre o atributo governista de cada coligação. Atribuiu-se o valor +1 para os partidos que compunham a base de sustentação do governo federal, identificados em 2000 como sendo PSDB, PFL, PMDB, PTB e PPB, e o valor -1 para os partidos de oposição ao governo federal (PT, PSB PC do B, PDT, PPS, PV, PTN, PHS, PST, PL, PSL, PCB, PSTU, PCO e PRONA). Para as eleições de 2004 definiu-se com o valor +1 para os partidos que, ao lado do PT, compõem a base de sustentação do governo federal, identificados como sendo PCdoB, PL, PMDB, PMN, PP, PPS, PSB, PSL, PTB e PV, e o valor -1 para os partidos de oposição ao governo federal (PCO, PSTU, PDT, PFL, PRONA e PSDB). Em 2008 definiu-se a base do governo, com o valor +1, como incluindo PT, PDT, PC do B, PR, PRB, PMDB, PMN, PTC, PP, PSB, PTB e PV, e o valor -1 para a oposição que incluía PSOL, PCO, PSTU, PPS, DEM e PSDB. Valeu, assim, a posição oficial de cada diretório nacional à época das eleições. Os demais partidos, todos pequenos, sem relevância na

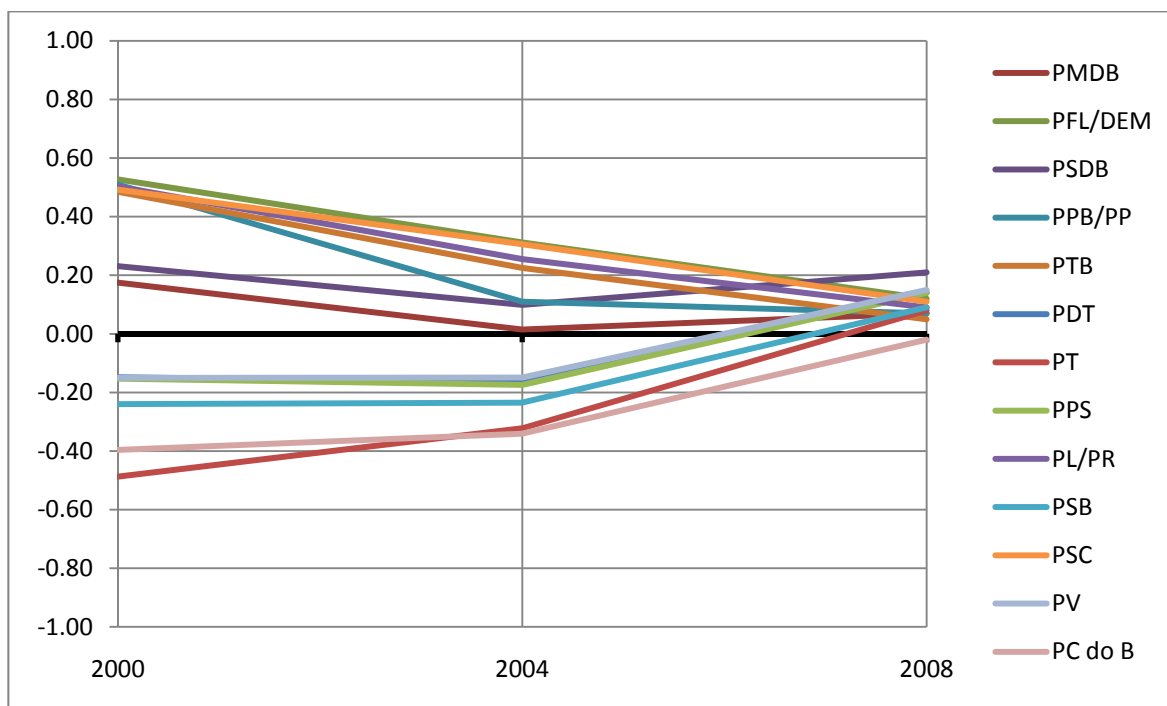
³ O índice foi desenvolvido em trabalho anterior (Miguel, 2004).

política nacional, apresentaram posição neutra ou ambígua em relação aos governos Lula ou Fernando Henrique e foram computados com o valor “0”. Temos aqui o “índice de governismo federal” (IGF) das coligações.

Os índices são calculados por partido. A cada coligação celebrada por um partido faz-se o cálculo do índice, desconsiderando o próprio partido analisado, pois os índices buscam indicar a tendência dos partidos com que um partido realiza coligações. Com isso, o valor de uma coligação comum para dois partidos possuirá valores distintos para cada partido.

O cenário ocorrido em 2000 evidencia um sistema partidário minimamente diversificado quanto à tendência do comportamento coligacionista, sendo evidentes distinções entre partidos de esquerda, centro e direita. Nas eleições de 2004 esse contexto minimamente polarizado se dilui, em grande medida pelas mudanças nas coligações dos partidos de centro, de direita e do PT.

Gráfico 1: Distribuição das médias do IVI de cada partido, por ano da eleição



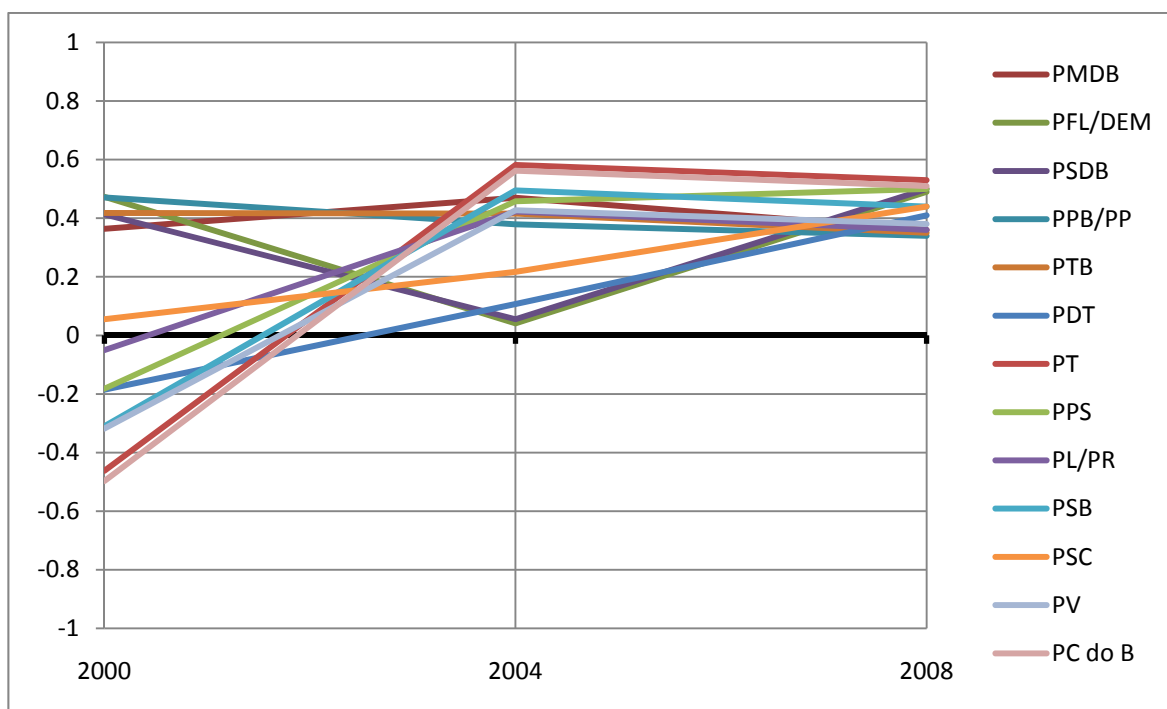
Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

Nas eleições de 2008 a força centrípeta identificada por Ribeiro (2005) torna-se plenamente evidente. Surge um cenário em que a tendência das coligações buscadas pelos partidos não apresenta diferenças significativas do ponto de vista do

posicionamento. A tendência geral é realizar coligações onde haja o equilíbrio de forças políticas, congregando apenas partidos de centro ou um “mix” de partidos de direita, centro e esquerda.

Um movimento similar ocorre quando se avalia o caráter governista das coligações. Se em 2000 há uma clara distinção entre partidos que celebram coligações com mais partidos de oposição e aqueles que se voltam para partidos da situação, em 2004 o cenário apresenta uma clara guinada geral para coligações com maior preponderância governista – certamente devido ao inchaço do número de partidos na base do governo. Contudo, ainda é possível observar partidos como PFL, PSDB, PDT e PTB a apresentarem coligações mais equilibradas entre partidos da oposição e do governo federal.

Gráfico 2: Distribuição das médias do IGF de cada partido, por ano da eleição



Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

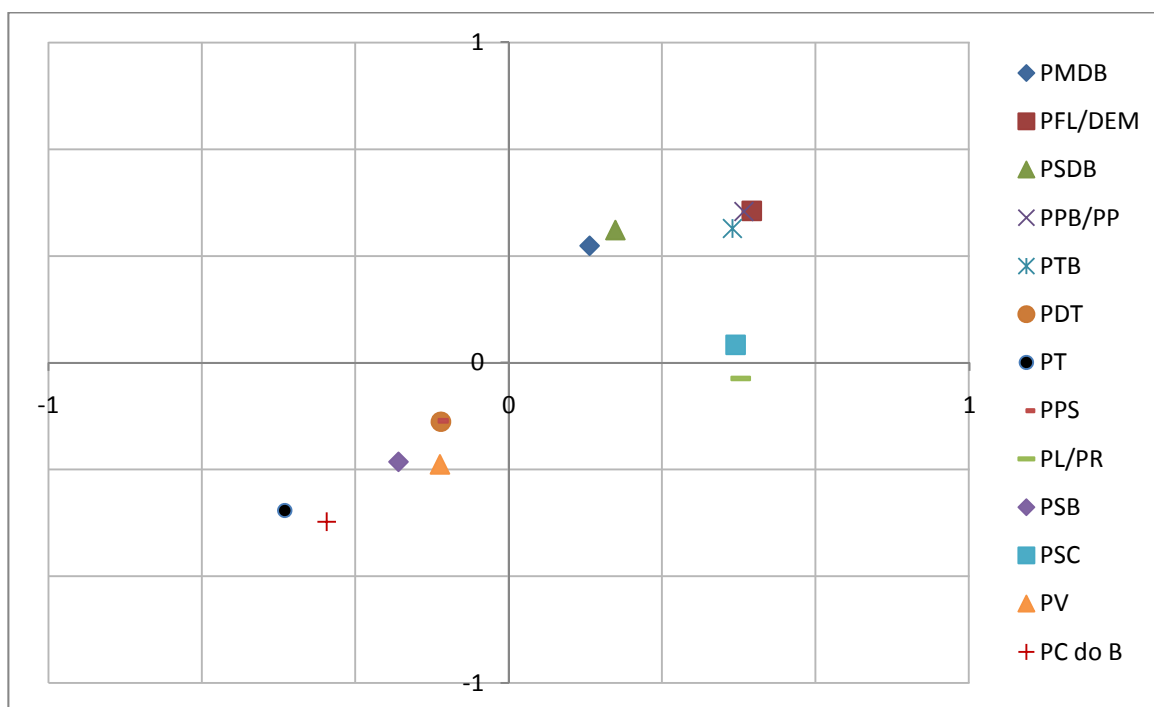
Ao se atentar para o contexto de 2008 não é possível falar de uma tendência centrípeta, como ao se tratar da ideologia, mas de uma tendência governista. Há novamente uma tendência à uma homogeneização das tendências das coligações, porém

todos os partidos apresentam médias do IGF que indicam haver maior concentração em suas coligações de partidos da base governista do que partidos de oposição.

É possível falar, portanto, de uma tendência homogeneizante do comportamento eleitoral dos partidos políticos brasileiros. Para evidenciar essa homogeneização também é razoável considerar as interações entre os valores do IVI e do IGF em cada eleição.

Nas eleições de 2000 é possível observar um quadro partidário minimamente diverso, sendo possível constatar diferentes comportamentos médios pelos partidos, evidenciando a polarização bastante clara entre partidos de esquerda na oposição e partido de direita e de centro no governo (à exceção de PL e PSC).

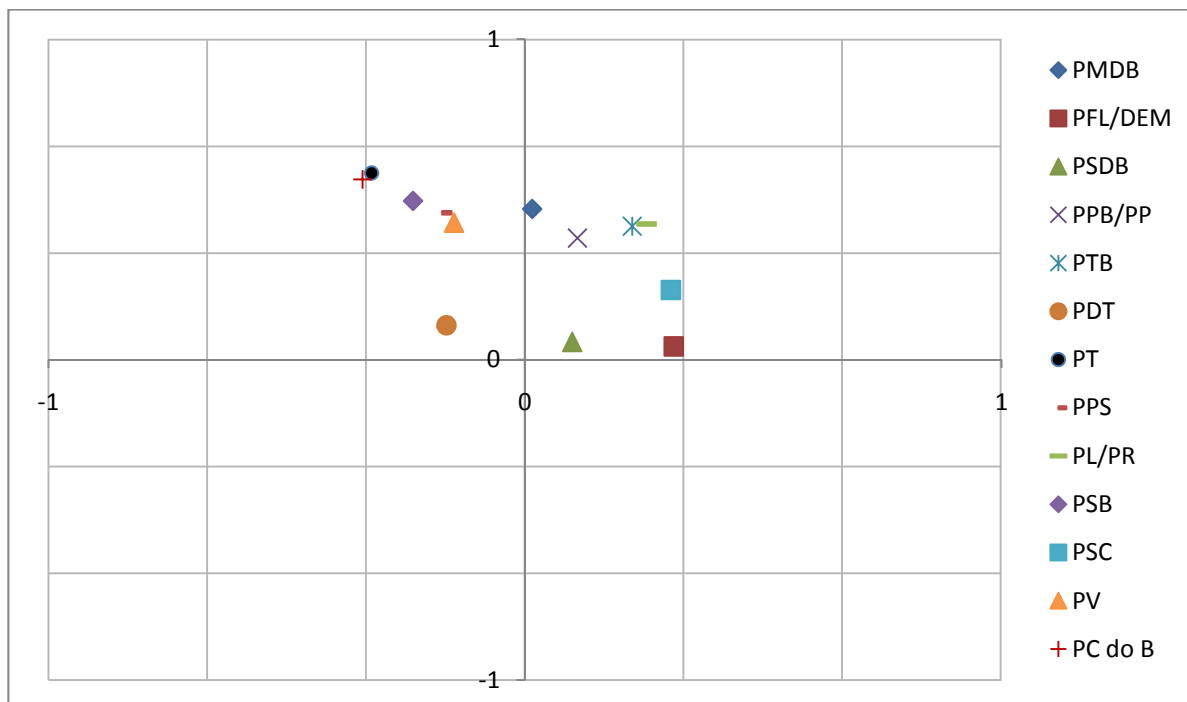
Gráfico 3: Dispersão das médias do IVI e do IGF de cada partido, nas eleições de 2000



Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

Quando se observa as eleições de 2004 o cenário já apresenta uma mudança considerável, já que, na media, nenhum partido apresenta coligações com maior tendência à oposição, enquanto as diferenciações entre esquerda e direita se mantêm, mas com uma forte força centrípeta tanto entre os partidos de direita como os de esquerda.

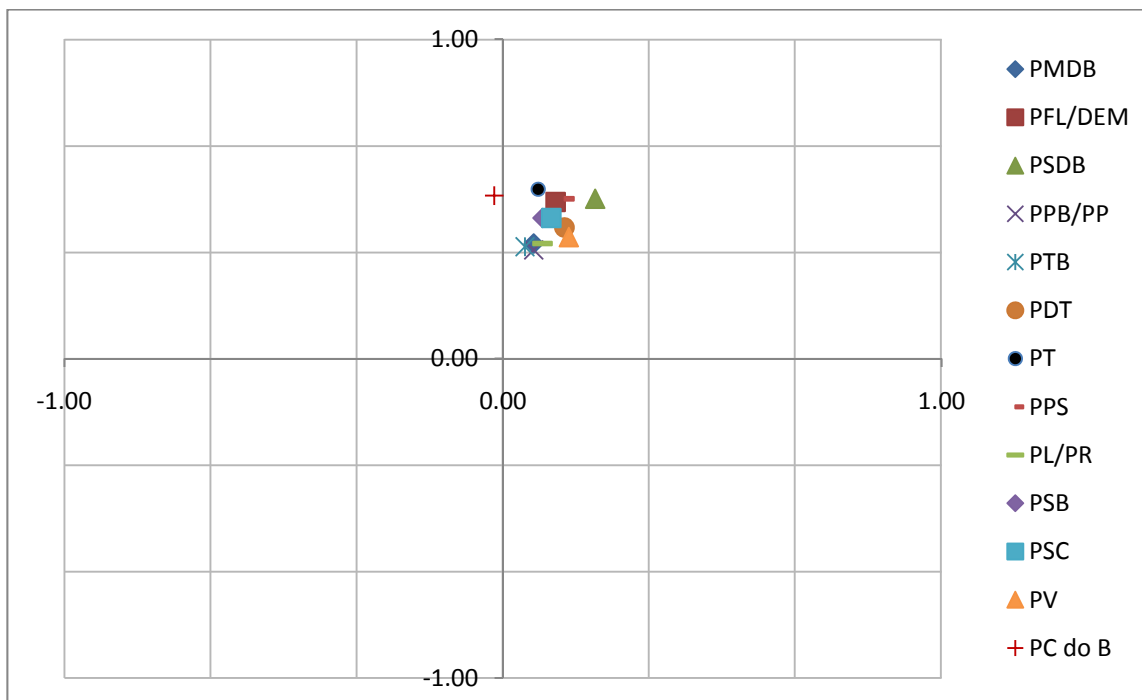
Gráfico 4: Dispersão das médias do IVI e do IGF de cada partido, nas eleições de 2004



Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

Nas eleições de 2008 fica mais do que evidente a tendência a um comportamento mais homogêneo. A posição geral das coligações com maior concentração de partidos da base do governo se consolida, de forma que nenhum partido apresenta uma média do IGF abaixo de 0,33, o que indicaria um equilíbrio entre forças governistas e oposicionistas - ou apenas oposicionistas caso apresentasse valor abaixo de -0,33.

Gráfico 5: Dispersão das médias do IVI e do IGF de cada partido, nas eleições de 2008



Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

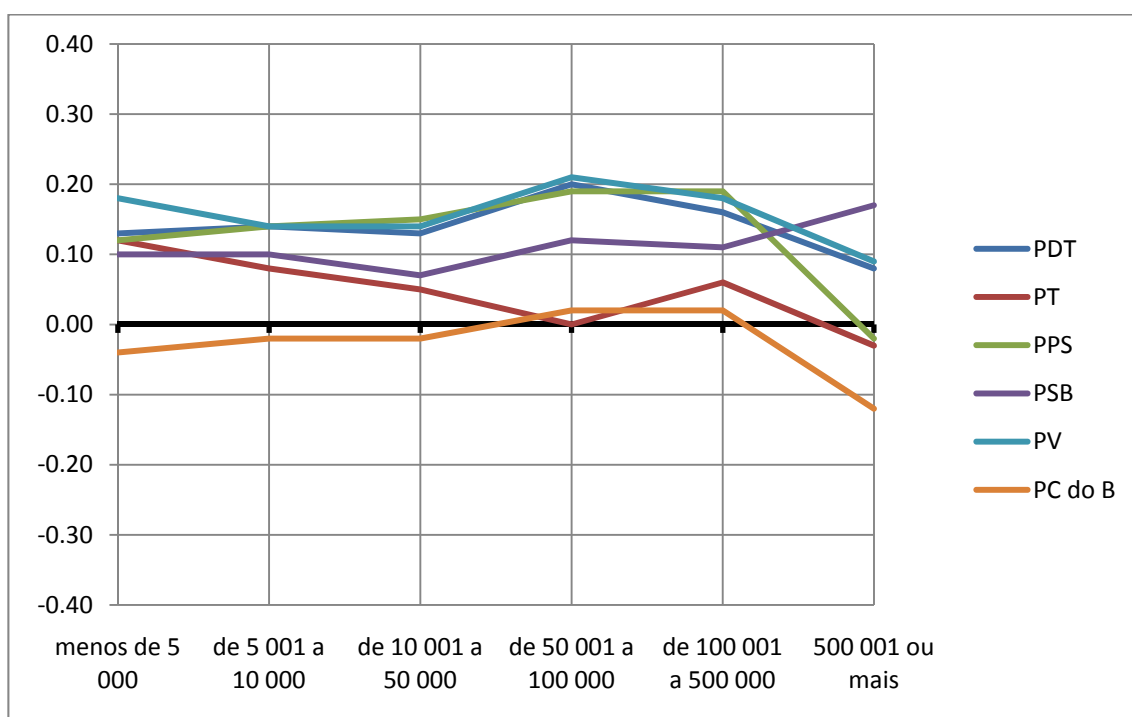
Do ponto de vista ideológico os partidos de esquerda abriram de vez a possibilidade de coligações com partidos de direita, pois é destes partidos que há maior movimentação no eixo do IVI. Apenas o PCdoB apresenta uma (leve) tendência a realizar mais coligações com partidos de esquerda. Mesmo assim também é possível observar uma tendência centrípeta entre os partidos de direita.

Cabe questionar se esse cenário de 2008 não possui variações regionais. É possível criar uma hipótese, mesmo que tosca e rudimentar, de que cidade de maior porte tenderia a apresentar uma coerção maior para os tipos de coligação a serem aceitas pelos eleitores desses locais. A essa explicação, de cunho sociológico, ainda pode ser somada uma explicação institucional, pois apenas nos municípios com mais de 200 mil habitantes pode ocorrer segundo turno, caso o candidato a prefeito não ultrapasse a metade dos votos de um município.

Com base nesses dois fatores é razoável que o aumento do eleitorado de um município tende a impactar sobre o formato das coligações que são constituídas em cada ambiente político.

A variação da média do índice entre as categorias de tamanho do eleitorado não é muito intensa entre os partidos classificados como esquerda. Porém, é perceptível a tendência a apresentação de coligações com viés mais à esquerda nos municípios com mais de 500 mil eleitores, exceto no caso do PDT, o qual apresenta sentido oposto. O PT é o partido que apresenta maior tendência a sofrer um impacto no tipo de sua coligação com o aumento do eleitorado, de forma contínua. Nos demais partidos a variação mais impactante se dá apenas na faixa de 500 mil eleitores.

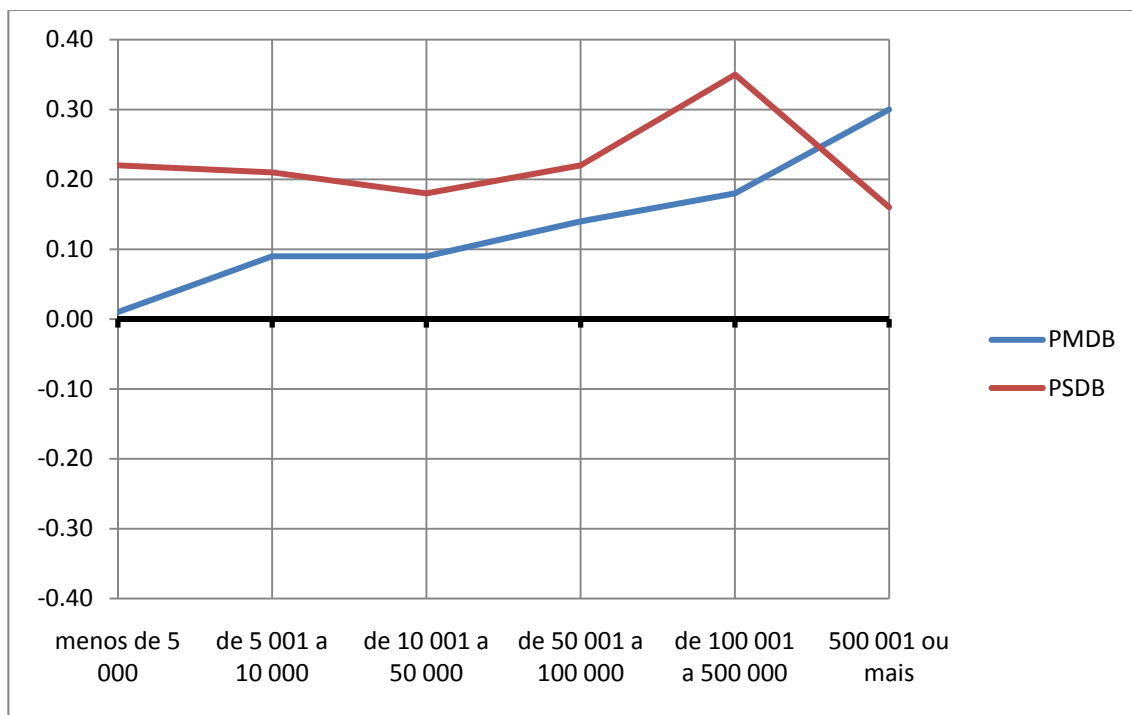
Gráfico 6: Distribuição das médias do IVI dos partidos de esquerda nas eleições de 2008, por tamanho do eleitorado



Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

Entre os dois partidos classificados como centristas é possível observar tendências bastante distintas. O PSDB apresenta pequena variação, porém há uma guinada para coligações com um maior número de partidos de direita na faixa entre 100 e 500 mil eleitores. O movimento das médias do PMDB indica haver a tendência a buscar coligações com viés mais próximo de partidos de direita com o incremento do número de eleitores em um município.

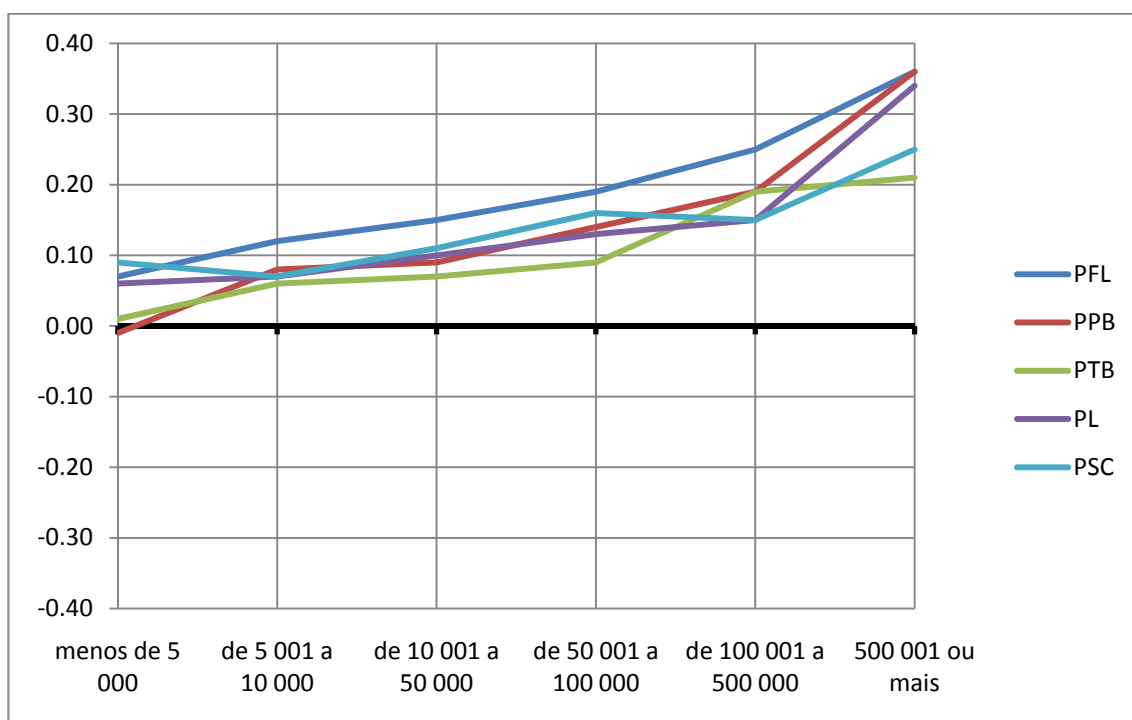
Gráfico 7: Distribuição das médias do IVI dos partidos de centro nas eleições de 2008, por tamanho do eleitorado



Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

Entre os partidos de direita segue-se o mesmo comportamento do PMDB ao apresentarem constante aumento do valor do IVI com o aumento do eleitorado, em especial para os casos de DEM, PP e PR.

Gráfico 8: Distribuição das médias do IVI dos partidos de direita nas eleições de 2008, por tamanho do eleitorado

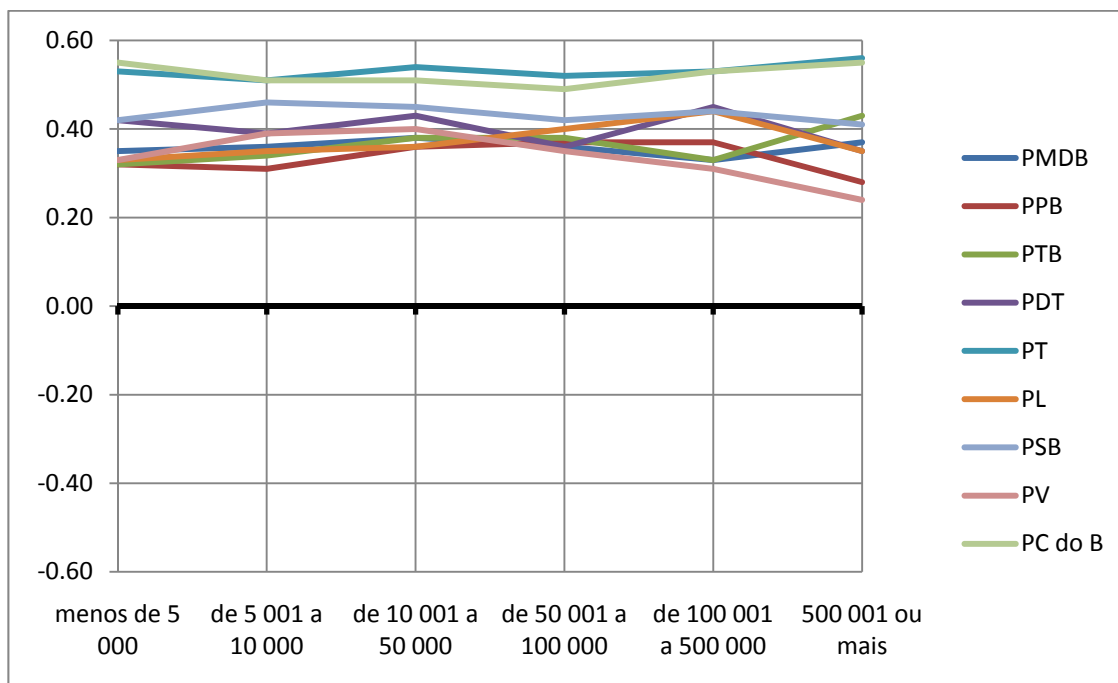


Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

De forma geral é possível considerar que a tendência ideológica das coligações realizadas pelos partidos político difere muito pouco, contudo nota-se uma tendência a partidos de esquerda e de direita apresentarem movimento em sentidos opostos (entre o eixo esquerda-direita) com o incremento eleitorado, sendo que nas metrópoles do país esse cenário fica mais evidente.

Mas é na análise sobre o governismo que reside o elemento que permite concluir a homogeneização partidária. Entre os membros da base governista praticamente não variação entre os valores do IGF desde os municípios com menor ou maior eleitorado, como se observa no gráfico 9.

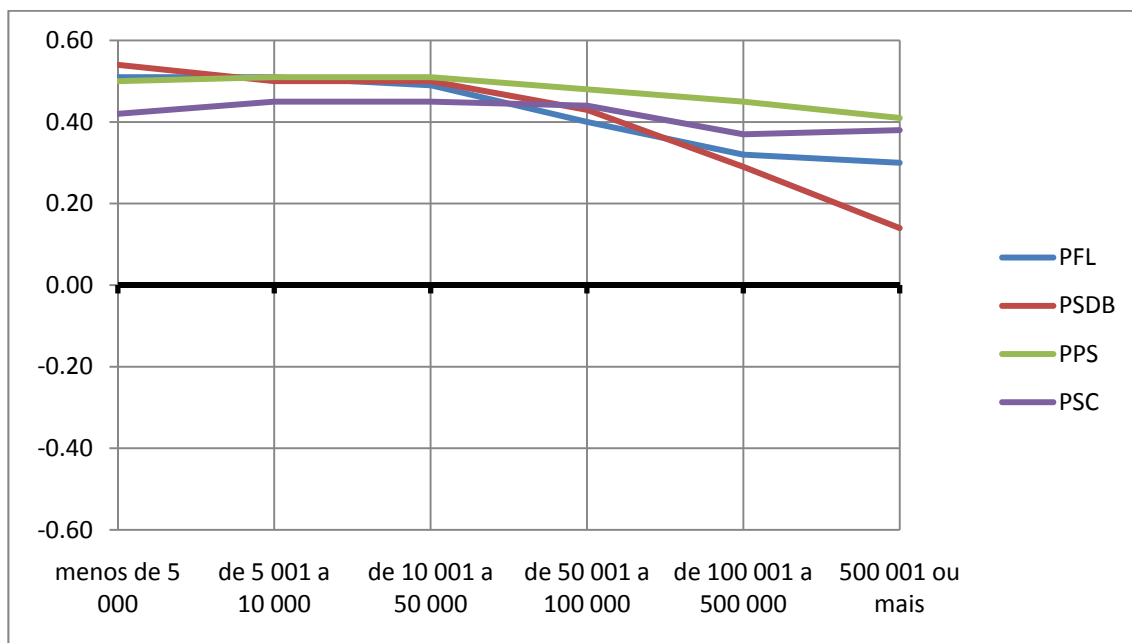
Gráfico 9: Distribuição das médias do IGF dos partidos da base governista nas eleições de 2008, por tamanho do eleitorado



Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

Mesmo entre os partidos classificados como oposição ou neutros ao governo federal a tendência é semelhante aos partidos da base aliada. Apenas nos municípios com mais de 100 mil eleitores é possível observar uma leve tendência a participar menos de coligações com membros do governo, sendo que apenas a média do IGF do PSDB alcança valores que indicariam a neutralidade no eixo governo-oposição, segundo o Gráfico 10.

Gráfico 10: Distribuição das médias do IGF dos partidos da oposição ao governo federal ou em situação de neutralidade nas eleições de 2008, por tamanho do eleitorado



Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

PT e PMDB apresentam sentido oposto de comportamento coligacionista no que se refere à tendência ideológica de suas coligações nos ambientes com mais de 500 mil eleitores. É possível falar que há algum grau de diferença entre partidos de esquerda e de direita, por mais confusas que suas posições possam transparecer. Mas o elemento do governismo tem evidenciado a homogeneização cada vez maior do comportamento dos partidos políticos brasileiros, não apenas pela tendência das coligações realizadas. Em geral os partidos apresentam uma tendência a apresentarem, com o passar das eleições, comportamento parecidos no que se refere às formas de participação (se coligado ou não), ao tamanho das coligações e à constituição da combinação de partidos de suas coligações. Por isso é relevante salientar que até mesmo o PT, que nas eleições de 2000 poderia ser enquadrado um elemento distinto no quadro partidário brasileiro, tem diminuído a participação da disputa por prefeituras isoladamente, evidenciando a aceitação da lógica eleitoral como o fator mais relevante na organização partidária. A admissão dessa prática pode afastar o centro do partido do conjunto de sua militância, em última medida contribuindo para a impossibilidade de discernir identidades partidárias claras para o eleitorado.

De quê adiantam máquinas eleitorais bem engrenadas e azeitadas se o conteúdo programático e mesmo ideológico não se faz evidente? Temos um contexto político no Brasil cada vez mais estável, ordenado e organizado pelos partidos políticos, porém é importante questionar não apenas a representatividade desse sistema, mas também qualificar o que os partidos buscam representar. A análise das coligações eleitorais para prefeito evidencia cada vez mais os possíveis critérios paroquiais que são adotados para organizar a vida política local.

Não se pode deixar de expressar a relevância da realização de estudos qualitativos, para além da abordagem quantitativa enfatizada nesse trabalho, para compreender como se organiza o cenário político municipal no Brasil. É possível constatar que persiste a desvinculação entre o jogo político-ideológico nacional e a dinâmica municipal, além de existirem evidências para argumentar que do ponto de vista formal da dinâmica eleitoral as diferenças entre os partidos políticos brasileiros nas eleições municipais tornam-se cada vez mais tênues.

Bibliografia citada

DALTON, Russel J.; Steven Weldon. (2007), “Partisanship and Party System Institutionalization”. *Party Politics*, v. 13, n. 2, pp. 179–196.

DANTAS, Humberto. (2008), “Coligações nas eleições municipais de 2000 e 2004: a força do partido dos governadores”. ST 2A – Eleições e Representação Política, VI Encontro da ABCP.

MACHADO, Carlos. (2007), *Identidades Diluídas: coligações para prefeito no Brasil. (2000 e 2004)*. Brasília: UnB. (Dissertação).

MIGUEL, Luis Felipe. (2004), Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto. *Paper* apresentado no II Congresso da ALACIP. Cidade do México, 29 de setembro a 2 de outubro.

_____; MACHADO, Carlos. (2007), Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*, v. 50, nº 4. Rio de Janeiro, pp. 757-93.

NICOLAU, Jairo; Vitor Peixoto. (2007), *As bases municipais da votação de Lula em 2006*. Rio de Janeiro: Fórum Nacional.

PANEBIANCO, Angelo. (2005 [1982]), *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. (2008), “Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: uma análise quantitativa”. ST 2A – Eleições e Representação Política, VI Encontro da ABCP.

RIBEIRO, José Floriano. (2005), “Acordos Partidários Nacionais, Reflexos Locais: O Presidencialismo de Coalizão enquanto Fator Estruturante das Alianças Eleitorais”. *Paper* apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 25-29 de outubro.

SARTORI, Giovanni. (1982 [1976]). *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar Editores; Brasília: Editora Universidade de Brasília.